

ENTREVISTA

TARSO FERNANDO HERZ GENRO é um advogado, jornalista, professor universitário, ensaísta, poeta e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre e ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).[3]

Em 3 de outubro de 2010, foi eleito governador do Rio Grande do Sul no primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos.

Publicou, entre outros trabalhos: Introdução à crítica do direito, Literatura e ideologia, Direito individual do trabalho, Utopia possível, O futuro por armar, Moçambique: a caminho do socialismo, Acorda palavra (poesia) e Fontes da vida (ensaios de literatura e teoria da história).

Desde já agradecemos sua análise pertinente sobre as relações entre mídia e política.

■ O Senhor foi duas vezes prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, além de ter assumido três ministérios ao longo do governo Lula. Com uma postura assumida de esquerda como analisa sua relação com a imprensa brasileira, em especial, os grandes conglomerados empresariais?

▶ T.G. *Minha relação com a imprensa tradicional é ordinariamente defensiva, com raras exceções. Nas oportunidades em que estes órgãos da imprensa tradicional procuram um quadro da esquerda, como eu e outros tantos companheiros de vários partidos, estão em busca da confirmação de uma opinião já definida pelas editorias, em defesa de um ponto de vista “liberal” ou de uma postura de negação das teses da esquerda, em relação às questões econômicas e à questão democrática. Sempre procuro localizar, nestes órgãos de imprensa, para falar ou conceder entrevistas, jornalistas que tenham demonstrado autoridade e independência para exercer a sua profissão. Eles são raros, mas posso afirmar que eles existem em todas estas empresas de comunicação.*

■ Uma das características da mídia brasileira é seu caráter monopolista. Os setores abarcam jornais, rádios, TV's e, agora, a TV por assinatura. Além dis-

so, se apresentam sobre o controle de poucas famílias (Civita, Marinho, Frias filho, Sirotsky, Mesquita, Maiorana, entre outras). Dentro desta realidade, como pensar a possibilidade de romper com esse monopólio da informação?

■ T.G. *É muito difícil, pois o oligopólio da mídia é, hoje, o verdadeiro «partido» moderno do «rentismo» neoliberal e do conservadorismo político de caráter autoritário, em todas as questões de fundo que abalam a nossa República e atravessam a questão democrática. A ruptura com este modelo só poderá emergir de uma profunda revolução política, de caráter democrático, que tenha potência para fazer valer os próprios pressupostos da liberdade de informação e de direito à circulação da opinião, que já estão na nossa Constituição formal. Esta ruptura é a própria essência da questão democrática, na época da decadência das formas de representação política, que, nas questões de fundo, não sofreram nenhuma avanço significativo nos últimos 200 anos. Enquanto isso não ocorre temos que aprofundar nossa presença nas redes e ter uma estratégia de disputa pela hegemonia por estes meios, mesmo em situação adversa.*

■ Considerando a questão anterior, o que causou a timidez dos governos do PT em debater e implementar a regulação da mídia? Perdeu-se esse enfrentamento? Os conglomerados empresariais foram hábeis em associar regulação com censura?

▶ T.G. *O PT caiu na ilusão que a revolução democrática tinha um componente de “bom comportamento”, que faria os setores mais reacionários e elitistas da nossa burguesia mais predatória, nos ajudarem a implementar boas políticas sociais, para combater a fome e a miséria, herdadas da nossa história colonial-escravista. Isso deu certo enquanto todos ganharam e puderam “mamar” no Estado, através das formas legais e ilegais que conhecemos. Quando estas condições desapareceram, a mídia mostrou suas “garras” e organizou -junto com dirigentes de vários partidos fisiológicos e de direita- uma formidável frente política contra nós, inclusive manipulando setores sociais beneficiados com as nossas políticas. Nossos Governos, na questão democrática, tentaram promover uma espécie de estratégia “austro-marxista”, aquela tentou fazer a revolução socialista dentro da “legalidade”, ou seja, fazê-la “de bem” com o Sr. Delegado de Polícia, como se dizia na época da Viena Vermelha. No nosso caso a questão não era o socialismo, mas a democracia-social, e o “Delegado” não era o Delegado de Polícia, mas o oligopólio da mídia, que foi mais politizada e*

inteligente do que nós: soube exatamente a hora de nos arrebentar, em conluio com todos os corruptos ou não corruptos - que estavam ou não no Governo - mas que defendiam a visão neoliberal de mundo.

■ Fortalecer as rádios comunitárias, avançar na concessão de canais de TV para sindicatos que o desejarem seria um avanço para quebrar o monopólio da mídia? Como um novo governo de esquerda deveria lidar com esses atores?

▶ T.G. *Na época em fui Ministro da Justiça fiz uma série de movimentos para tentar pelo menos descriminalizar as rádios comunitárias e também utilizá-las, com publicidade oficial, para a propagação dos programas de Governo. Enfrentei resistências dentro do próprio Governo, certamente não de Ministros vinculados ao PT, mas de “aliados” cuja meta era sempre estar bem com a Rede Globo, e que entendiam que isso era fundamental para os seus propósitos políticos regionais. Uma nova regulamentação das atividades desta comunicação popular e democrática é fundamental para re-estimular a disputa pela hegemonia, num país em que o senso comum é formado por um oligopólio midiático que manipula a informação e a notícia, de acordo com os interesses mais conservadores da nossa sociedade de classes.*

■ A imprensa, os grandes jornais, sempre foi combatida pelos sindicatos e movimentos sociais através de uma imprensa própria como alternativa de disputa pela informação, pela formação e visões de mundo que se contraponha ao *mainstream*, criando suas próprias publicações. Mesmo que tardiamente, o PT tentou utilizar as redes sociais como alternativa a esse monopólio, mas como vimos, não foi suficiente. A concepção horizontalizada das redes sociais tem possibilidades, não suficientemente utilizada, nessa disputa?

▶ T.G. *Sim, acho que ainda estamos engatinhando neste tipo de disputa, até porque não conseguimos absorver as mudanças que ocorrem, hoje, com mais frequência, nas novas tecnologias, diferentemente dos acúmulos mais lentos, que ocorriam na “era analógica”. As “células” políticas de militância social, que eram as características do estilo leninista de organização, deveriam, hoje, para aqueles que querem república, democracia e socialismo, serem as células de tecnólogos, “experts”, militantes virtuais de alto nível, para disputar a hegemonia neste plano, com responsabilidade e seriedade científica. Para isso, porém, precisaríamos de outro tipo de Partido, que soubesse atualizar, de um lado, a ideia de revolução e, de outro, a ideia de democracia e de república.*

■ A caixa de Pandora de onde saiu a direita que seduziu a classe média como bem detectou (*as camadas médias tradicionais olhavam para frente e viam os ricos se distanciarem; olhavam para trás e viam os pobres se aproximarem*) saíram também todo tipo de preconceito incluindo discursos assumidos pela classe média do tipo: “nossa bandeira nunca será vermelha”. A esquerda está abdicando da luta ideológica em troca da defesa de posições identitárias? Como pensar uma esquerda que não abra mão de seus valores históricos na atualidade brasileira?

▶ T.G. *Não creio que a esquerda tenha “abandonando” algo. Entender assim pode parecer que estamos querendo recuperar a ideia de “traição”, que tanto prejuízo causou às lutas socialistas e democráticas do mundo. Mais exatamente a história é que está abandonando a esquerda, porque esta não se apropriou do que mudou na estrutura de classes da sociedade capitalista atual e não constituiu novas formas de luta compatíveis com ela. Creio que, para não abrir mão dos seus compromissos libertários e democráticos, a esquerda deveria pensar que uma revolução dos “trabalhadores” -tomados estes naquele sentido emprestado pela Revolução Industrial - seria hoje necessariamente conservadora, para responder à multiplicidade de demandas, proletárias e não proletárias, à multiplicidade dos desejos universais ou particulares, deste que é o período mais opressivo e manipulatório do poder do capital.*

■ Pensando em torno do impasse político que o país vive, 2018 se apresenta como um momento marcado pela indiferença e desencanto. Cenário que favorece candidaturas alternativas eivadas por um discurso gerencial ou apolítico e moralista. Caso de Dória e Bolsonaro. Como o PT, ainda o mais importante partido de esquerda do Brasil, deve atuar para recuperar seu eleitorado? É possível um diálogo com as outras forças de esquerda, ainda que sem grande representatividade eleitoral, construindo simbolicamente um polo progressista? É possível romper com as alianças eleitoreiras com partidos fisiológicos, como o próprio PMDB?

▶ T.G. *Na minha opinião não há saída sem um diálogo com novas forças de esquerda, fazendo uma exclusão deliberada dos nossos antigos aliados, cujas relações conosco se esgotaram, não só em função da adesão deles, de forma plena, ao rentismo liberal, mas também a formas autoritários de governabilidade, ensejadas pelo golpe contra a Presidenta Dilma.*

■ Há espaço para se pensar uma nova agremiação de esquerda que encarne o que o PT construiu de melhor e incorpore lideranças dos movimentos sociais com capacidade de articular o conjunto da sociedade na luta política nacional? Seria o PT um partido ainda viável?

▶ T.G. Não sei se o PT é, ainda, um partido viável, como “referência central da esquerda”, mas será sempre um partido viável, como polo democrático e progressista da sociedade, por tudo aquilo que ele já foi e fez, na sociedade brasileira.

■ Como isolar a campanha de estereótipos da mídia em relação ao PT e ao conjunto de *forças da esquerda*?

▶ T.G. É impossível contrapor-se a estes estereótipos, sem que o PT apresente uma narrativa convincente, não somente para os seus militantes, mas também para o «senso comum», do que nos aconteceu, de bom e de ruim, neste período dos nossos Governos e no processo de cerco à Lula e à esquerda, nos últimos anos. Trata-se de uma «autocrítica», que é não *autoflagelamento*, mas é a *verificação pública dos erros de condução política e ético-política, que envolvem quaisquer partidos quando estão no Governo*.

RECEBIDO EM 05/09/2017